



**SBOT**

SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

**SBOTPREV**

FUNDO DE PREVIDENCIA

Relatório Anual

**2021**



# Sumário

1. Mensagem da diretoria executiva	3
2. Panorama econômico	4
3. Demonstrações contábeis e financeiras	5
4. Informações referentes à política de investimentos	21
5. Gestão de participantes	24
6. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	25
7. Parecer atuarial	26
8. Parecer do conselho fiscal	30
9. Manifestação do conselho deliberativo	31
10. Glossário	32
11. Mensagem aos participantes	34

# 1. Mensagem da diretoria executiva

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV apresenta o relatório das principais atividades da Entidade durante o ano de 2021 como autoriza a Resolução CNPC n. 32/2019.

Aqui disponibilizamos a situação patrimonial, o seu Plano de Benefícios, a Política de Investimentos, a rentabilidade, as despesas administrativas, a situação atuarial, possibilitando um melhor acompanhamento de seu Plano de Previdência Complementar.

Mais uma vez, o SBOTPREV mantém seu compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com clareza e objetividade.

Boa Leitura!

**DIRETORIA EXECUTIVA**

## 2. Panorama econômico

### Retrospectiva 2021

A vacinação no país contra a COVID-19, após um início incerto quanto à chegada dos imunizantes, avançou no segundo semestre. No final de 2021, o Brasil estava entre os países com o maior percentual de vacinados, possibilitado pela capilaridade do sistema público de saúde e pela cultura nacional favorável à vacina. Os imunizantes se mostraram eficazes na diminuição das mazelas relacionadas à doença e, principalmente, na redução expressiva de óbitos, permitindo uma reabertura gradual do setor de serviços, notadamente o que mais sofreu com a restrição social imposta pela pandemia. A aplicação de doses de reforço nos idosos já em 2021 e o planejamento para a vacinação no próximo ano trazem confiança na continuidade da melhora da pandemia.

A atividade econômica mostrou recuperação expressiva no primeiro semestre, que chegou a motivar estimativas de crescimento do PIB acima de 5% em 2021. Entretanto, choques globais de oferta, relacionados ao retorno da atividade em todo o mundo, causaram quebras nas cadeias de suprimentos e alta nos custos de energia. Esses eventos têm afetado a produção industrial e trazido inflação ao redor do globo.

Além desses choques de oferta, a inflação tem sofrido o impacto da alta dos preços dos alimentos e do aumento da demanda por serviços no pós-pandemia. O IPCA fechou em 10,06% no ano, muito acima da meta de 3,75%, e as expectativas do mercado para os próximos anos também desancoraram. Após levar a Selic para 2,0% na pandemia, o Banco Central subiu a taxa de juros para 9,25% em 2021. Além da inflação, a incerteza institucional quanto às contas públicas motivou aumentos nas taxas de juros de prazos mais longos, ainda que os números fiscais de curto prazo tenham mostrado forte recuperação, beneficiados pela expressiva arrecadação de impostos. O debate em torno da formalização de um novo programa social ocupou boa parte do debate político, junto à apuração do comportamento do governo na pandemia, impossibilitando o avanço da agenda de reformas durante o ano.



# 3. Demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores em reais mil)

## I - Balanço Patrimonial

ATIVO	2021	2020
Disponível Nota 4.1.1	308	237
Realizável Nota 4.1.2	64.661	59.044
Gestão Previdencial	4	0
Investimentos	64.657	59.044
Fundos de Investimento Nota 4.1.2.2.	64.657	59.044
Permanente Nota 4.1.3	11	15
Imobilizado	11	15
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>64.980</b>	<b>59.296</b>

PASSIVO	2021	2020
Exigível Operacional Nota 4.1.4	487	279
Gestão Previdencial	480	273
Gestão Administrativa	7	6
Patrimônio Social Nota 4.1.5	64.493	59.017
Patrimônio de Cobertura do Plano	62.497	57.235
Provisões Matemáticas	62.497	57.235
Benefícios Concedidos	1.615	462
Benefícios a Conceder	60.882	56.773
Fundos	1.996	1.782
Fundos Previdenciais	3	1
Fundos Administrativos	1.993	1.781
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>64.980</b>	<b>59.296</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## II - Demonstração da mutação do patrimônio social

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação%
<b>A) Patrimônio Social - Início do Exercício</b>	<b>59.017</b>	<b>54.256</b>	<b>8,78%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>15.090</b>	<b>13.433</b>	<b>12,34%</b>
Contribuições Previdenciais	10.031	9.859	1,74%
Portabilidade	158	467	-66,17%
Indenização de riscos terceirizados	938	-	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.977	2.093	42,24%
Receitas Administrativas	887	951	-6,73%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	99	63	57,14%
<b>2. Destinações</b>	<b>(9.614)</b>	<b>(8.672)</b>	<b>10,86%</b>
Benefícios	(123)	(86)	43,02%
Resgates	(3.875)	(3.949)	-1,87%
Portabilidade	(1.145)	(628)	82,32%
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(3.697)	(3.409)	8,45%
Despesas Administrativas	(774)	(600)	29,00%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>5.476</b>	<b>4.761</b>	<b>15,02%</b>
Provisões Matemáticas/Fundos	5.264	4.347	21,10%
Fundos Administrativos	212	414	-48,79%
<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>64.493</b>	<b>59.017</b>	<b>9,28%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### III - Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação%
<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>57.236</b>	<b>52.889</b>	<b>8,22%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>14.104</b>	<b>12.419</b>	<b>13,57%</b>
Contribuições Previdenciais	10.031	9.859	1,74%
Portabilidade	158	467	-66,17%
Indenização de riscos terceirizados	938	-	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.977	2.093	42,24%
<b>2. Destinações</b>	<b>(8.840)</b>	<b>(8.072)</b>	<b>9,51%</b>
Benefícios	(123)	(86)	43,02%
Resgates	(3.875)	(3.949)	-1,87%
Portabilidade	(1.145)	(628)	82,32%
Repasso de Prêmio de Riscos Terceirizados	(3.697)	(3.409)	8,45%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo No Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>5.264</b>	<b>4.347</b>	<b>21,10%</b>
Provisões Matemáticas/Fundos	5.264	4.347	21,10%
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>62.500</b>	<b>57.236</b>	<b>9,20%</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>212</b>	<b>1.781</b>	<b>-88,10%</b>
Fundos Administrativos	212	1.781	-88,10%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### IV - Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação%
<b>1. Ativos</b>	<b>64.973</b>	<b>59.290</b>	<b>9,59%</b>
Disponível	308	50	516,00%
Recebível	1.996	1.782	12,01%
Investimento	62.669	57.458	9,07%
Fundos de Investimento	62.669	57.458	9,07%
<b>2. Obrigações</b>	<b>480</b>	<b>273</b>	<b>75,82%</b>
Operacional	480	273	75,82%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.993</b>	<b>1.781</b>	<b>11,90%</b>
Fundos Administrativos	1.993	1.781	11,90%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>62.500</b>	<b>57.236</b>	<b>9,20%</b>
Provisões Matemáticas/Fundos	62.500	57.236	9,20%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## V - Demonstração do plano de gestão administrativa (consolidada)

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação%
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>1.781</b>	<b>1.367</b>	<b>30,29%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>986</b>	<b>1.014</b>	<b>-2,76%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>986</b>	<b>1.014</b>	<b>-2,76%</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	147	269	-45,35%
Receitas Diretas	740	682	8,50%
Outras	-	-	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	99	63	57,14%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(774)</b>	<b>-600</b>	<b>29,00%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(774)</b>	<b>-600</b>	<b>29,00%</b>
Treinamentos/Congressos e Seminários	(27)	- 17	58,82%
Viagens e Estadias	(12)	-6	100,00%
Serviços de Terceiros	(533)	-390	36,67%
Despesas Gerais	(148)	-132	12,12%
Depreciações e Amortizações	(3)	-3	0,00%
Tributos	(51)	-52	-1,92%
<b>2.1. Administração dos Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
Tributos	-	-	0,00%
<b>4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>212</b>	<b>414</b>	<b>-48,79%</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>212</b>	<b>414</b>	<b>-48,79%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>1.993</b>	<b>1.781</b>	<b>-2,76%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## VI - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação%
<b>Provisões Técnicas (1+4)</b>	<b>62.977</b>	<b>57.508</b>	<b>9,51%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>62.497</b>	<b>57.235</b>	<b>9,19%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>1.615</b>	<b>462</b>	<b>249,57%</b>
Contribuição Definida	1.615	462	249,57%
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>60.882</b>	<b>56.773</b>	<b>7,24%</b>
Contribuição Definida	60.882	56.773	7,24%
Saldo de Contas - Parcela Instituidores	49	45	8,89%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	60.833	56.728	7,24%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>480</b>	<b>273</b>	<b>75,82%</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>480</b>	<b>273</b>	<b>75,82%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# 1. Contexto operacional

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV (“SBOTPREV” e/ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ nº 11.401.654/0001-43 e CNPB nº 2009.0024-74 constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 3080, de 08 de outubro de 2009, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. É Instituidor Fundador da SBOTPREV, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O SBOTPREV tem sede e foro na Alameda Lorena, nº 427 – 14º andar – São Paulo – SP, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O SBOTPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura. Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

O Plano de Benefícios SBOTPREV, na modalidade de contribuição definida, possuía na data base o seguinte quadro de participantes ativos e assistidos:

Descrição	2021	2020
Participantes Ativos	1.753	1.740
Idade Média	43 anos	43 anos
Participantes Assistidos*	9	4
Idade Média	52 anos	66 anos

\*Participantes assistidos considera Aposentados e Pensionistas.

Em observância ao artigo nº 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a SBOTPREV não distribui dividendos e aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Entidade é regida por Estatuto Social, pelos regulamentos do Plano de Benefícios de Contribuição Definida (CD) por ela operado, do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e pela legislação em vigor.

## 2. Apresentação das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações, sendo a mais recente a IN MPS/PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, e as práticas contábeis brasileiras.

As diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5).

O SBOTPREV apresenta mensalmente balancetes, do Plano de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas tiveram sua emissão autorizada pela Diretoria da Entidade em 28 de março de 2022.

A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e esta é a moeda funcional adotada pela Entidade. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.1 Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do SBOTPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O SBOTPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas nas notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis. As práticas contábeis aplicadas pela Entidade em 2020 estão de modo uniforme em relação a 2019 e estão descritas a seguir:

- a) Os registros relativos a contribuições de participantes autopatrocinados são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com o art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC nº 46, de 06 de agosto de 2021.
- b) Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que, na determinação do resultado, são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.
- c) Para a avaliação dos fundos de investimentos, foram observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- d) Os registros de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de fundos de investimentos da Entidade obedeceram, também, aos critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados como Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento, que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos:
  - **Fundos de investimentos:** são contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador, observada a legislação estabelecida pela CVM.
  - **Imposto de Renda na Fonte:** a Lei de nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades de Previdência Privadas da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.
- e) As provisões para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são registradas, para os direitos creditórios mensurados, ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos a esta provisão são apresentados pelo seu valor líquido.

f) No exigível operacional, são demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

g) Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

h) O exigível contingencial é avaliado por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Em dezembro de 2021 e 2020, a Entidade não possuía nenhuma ação judicial que fosse classificada como provável ou possível de perda.

i) Para as provisões matemáticas, o plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

## 3. Atividades de registro e de controle

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

**3.1. Gestão Previdencial:** compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

**3.2. Gestão Administrativa:** compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios; e

**3.3. Investimentos:** compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da Entidade.

## 4. Demonstrações contábeis

### 4.1. Balanço Patrimonial

#### 4.1.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Bancos</b>	<b>308</b>	<b>237</b>
Itaú	308	237
<b>Total disponível</b>	<b>308</b>	<b>237</b>

#### 4.1.2. Realizável

##### 4.1.2.1. Gestão Administrativa

Registra os valores de contas a receber, adiantamentos e despesas antecipadas, são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Despesas Antecipadas	4	-
<b>Total Realizável Administrativo</b>	<b>4</b>	<b>-</b>

##### 4.1.2.2. Investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, alinhado a Política de Investimentos da Entidade, que define as diretrizes, macro alocação, limites de risco, ativos elegíveis e alocação tática dos recursos nos segmentos de investimentos, todos os recursos garantidores do plano de benefício do SBOTPREV são investidos em cotas de fundo de investimento (Mongeral Aegon SBOTPREV Fundo de Investimento Multimercado - CNPJ 19.366.021/0001-53), administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
<b>Plano de Gestão Previdencial</b>	<b>62.669</b>	<b>57.458</b>
Fundos de Investimento - Multimercado	62.669	57.458
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>	<b>1.988</b>	<b>1.586</b>
Fundos de Investimento - Multimercado	1.988	1.586
<b>Total Realizável Investimentos</b>	<b>64.657</b>	<b>59.044</b>



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA			2021			2020		
			PLANO	PGA	CONSOLIDADO	PLANO	PGA	CONSOLIDADO
<b>SEGMENTO</b>			<b>62.468</b>	<b>1.988</b>	<b>64.657</b>	<b>57.458</b>	<b>1.586</b>	<b>59.044</b>
<b>Títulos Públicos:</b>			<b>32.239</b>	<b>1.023</b>	<b>33.262</b>	<b>27.123</b>	<b>748</b>	<b>27.871</b>
<b>NTN-B</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>14.418</b>	<b>457</b>	<b>14.875</b>	<b>16.921</b>	<b>467</b>	<b>17.388</b>
NTN-B	15/08/2022	400	1.497	47	1.545	1.363	38	1.400
NTN-B	15/05/2023	500	1.804	57	1.861	1.616	45	1.661
NTN-B	15/05/2025	0	0	0	0	1.455	40	1.495
NTN-B	15/05/2025	0	0	0	0	452	12	465
NTN-B	15/05/2025	0	0	0	0	1.514	42	1.556
NTN-B	15/08/2028	1500	5.774	183	5.957	5.270	145	5.415
NTN-B	15/05/2035	500	1.875	59	1.934	1.707	47	1.754
NTN-B	15/08/2050	650	2.684	85	2.769	3.318	92	3.409
NTN-B	15/08/2050	190	784	25	808	0	0	0
NTN-B	15/05/2055	0	0	0	0	36	2	38
NTN-B	15/08/2055	0	0	0	0	189	5	195
<b>LFT</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>17.822</b>	<b>565</b>	<b>18.387</b>	<b>10.202</b>	<b>281</b>	<b>10.484</b>
LFT	01/03/2021	200	0	0	0	2.094	58	2.152
LFT	01/09/2023	1220	13.264	421	13.684	0	0	0
LFT	01/09/2024	0	0	0	0	3.125	86	3.211
LFT	01/09/2024	0	0	0	0	0	0	0
LFT	01/03/2025	130	1.409	45	1.454	1.957	54	2.011
LFT	01/09/2025	291	3.149	100	3.249	2.026	84	3.110
<b>Títulos Privados:</b>			<b>12.197</b>	<b>387</b>	<b>12.584</b>	<b>6.446</b>	<b>178</b>	<b>6.624</b>
Debentures AEGEA SANEAMENTO	15/07/2023	60	481	15	497	0	0	0
Debentures VIVARA	30/04/2024	600	591	19	610	0	0	0
Debentures MOVIDA	07/06/2024	772	753	24	777	0	0	0
Debentures NATURA	26/08/2024	62	615	20	635	0	0	0
Debentures CSA	20/05/2025	240	237	8	245	0	0	0
Debentures VIVARA	15/09/2026	250	248	8	256	0	0	0
Debentures MAGAZINE LUIZA	15/10/2026	1260	1.244	39	1.284	0	0	0
Debentures TIETE ENERGIA	15/03/2027	800	774	25	798	0	0	0
Debentures MULTIPLAN	15/10/2028	580	572	18	590	0	0	0
Debentures CSN	10/11/2028	700	687	22	709	0	0	0
DPGE - Banco C6	10/11/2022	1	1.031	32,70687452	1.064	978	27	1.005
LF BANCO RCI BRASIL	18/04/2022	9	1.572	50	1.622	0	0	0
CDB - Banco Industrial do Brasil	18/01/2021	700				703	19	722
LF Banco Alfa Investimentos	01/12/2022	8				0	0	0
LF Daycoval	13/04/2021	5				1.402	39	1.441
LF Banco RCI Brasil	18/04/2022	9				1.492	41	1.533
LF BANCO PANAMERICANO	20/09/2024	5	989	31	1.021	0	0	0
LF BANCO TOYOTA	28/10/2024	10	984	31	1.016	0	0	0
LF BANCO ALFA	21/11/2024	12	615	20	635	1.114	31	1.144
LFSN BRADESCO	04/11/2022	1	803	25	828	758	21	779
<b>Operações Compromissadas:</b>			<b>6.830</b>	<b>217</b>	<b>7.047</b>	<b>14.330</b>	<b>395</b>	<b>14.726</b>
LTN - OVER	01/07/2023	8372	6.830	217	7.047	14.330	395	14.726
<b>Derivativos Opções</b>			<b>50</b>	<b>2</b>	<b>52</b>	<b>186</b>	<b>5</b>	<b>192</b>
Índice Ibovespa	16/02/2022	28	50	2	52	186	5	192
<b>Derivativos Futuros</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>28</b>
BMF - Dólar Comercial - Resultado	03/01/2022	0	0	0	0	7	0	7
BMF - Índice - Resultado	03/01/2022	0	0	0	0	20	1	20
<b>Valores a Pagar/Receber</b>			<b>-29</b>	<b>-1</b>	<b>-30</b>	<b>-204</b>	<b>-6</b>	<b>-210</b>
<b>Demonstrativo de Investimentos - Fundos</b>			<b>11.381</b>	<b>361</b>	<b>11.742</b>	<b>9.551</b>	<b>264</b>	<b>9.814</b>
BNY ARX Liq FI Ref.	RF	17.898.543/0001-70	2.110	67	2.177	181	5	186
Mong Inst RF Credpriv	RF	19.488.768/0001-84	4.155	132	4.287	5.126	141	5.268
Mongeral Macro FICFI	RF	27.803.348/0001-73	3.156	100	3.256	3137	86	3.224
Mongeral Aegon FIA	RV	33.254.944/0001-73	0	0	0	1.110	31	1.141
Mongeral Aegon CP30 FIRF	RF	42.888.072/0001-67	1.960	62,16628826	2.022	0	0	0



É demonstrada a seguir a composição analítica dos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2021:

<b>2021</b>				
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		3.740	14.872	15.029
<b>Títulos Públicos Públicos</b>		-	14.872	15.029
<b>Títulos Públicos Federais</b>		-	14.872	15.029
<b>Notas do Tesouro Nacional - B</b>		-	14.872	15.029
B314557 15/05/2023 aquisição 23/09/2015	IPCA+7,8	500	1.861	1.911
B735148 15/05/2035 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,83	500	1.934	2.034
B199310 15/08/2022 aquisição 03/12/2014	IPCA+5,93	400	1.544	1.546
B686095 15/08/2028 aquisição 22/05/2018	IPCA+5,30	1.000	4.004	4.030
B735150 15/08/2028 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,79	500	1.952	2.015
C90291 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,28	650	2.769	2.703
C90292 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,29	190	808	790

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, podem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

A capacidade financeira de que trata o parágrafo anterior deve ser caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da entidade fechada de previdência complementar, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios, e evidenciada pela demonstração atuarial – DA.

Os títulos públicos federais são considerados títulos livres de risco e foram adquiridos com o intuito de manutenção até o seu efetivo vencimento. O fluxo de amortização dos referidos títulos é adequado à necessidade de liquidez da Entidade e é usado para garantir o retorno dos investimentos dos benefícios já concedidos.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos Administradores dos fundos na data de encerramento do balanço e seu valor de mercado apurado em consonância com a regulamentação específica aplicável ao Fundo. A variação originada da comparação entre os valores contábeis e de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Para os títulos públicos, os valores contábeis foram determinados com base no valor de face dos papéis (marcação na curva).

#### 4.1.3. Permanente – Imobilizado

O Ativo Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens de acordo com o tempo de vida útil. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

Descrição (taxa)	2021	Aquisições	Depreciações	2020
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	-	<b>(4)</b>	<b>15</b>
Equipamento Informática (20%)	2	-	(1)	3
Sistemas Operacionais (20%)	-	-	(1)	1
Móveis e Utensílios (10%)	9	-	(2)	11
<b>Total do Ativo Permanente</b>	<b>11</b>	-	<b>(4)</b>	<b>15</b>

#### 4.1.4. Exigível Operacional

##### 4.1.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar, as retenções a recolher incidentes sobre estes e os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição (taxa)	2021	2020
Retenções a Recolher	219	19
Valores a repassar risco terceirizado	251	244
Outras Exigibilidades	10	10
<b>Total Exigível Gestão Previdencial</b>	<b>480</b>	<b>273</b>

##### 4.1.4.2. Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade, relativo a tributos, fornecedores e retenções a recolher. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição (taxa)	2021	2020
Retenções a Recolher	2	2
Tributos a Recolher	5	4
<b>Total Exigível Gestão Administrativa</b>	<b>7</b>	<b>6</b>

#### 4.1.5. Patrimônio Social

##### 4.1.5.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios SBOTPREV.

As provisões matemáticas são calculadas de forma financeira, considerando a rentabilidade dos investimentos e as características do Regulamento do plano de benefício, que inclui os compromissos assumidos com os participantes.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria SBOTPREV.

O valor das provisões matemáticas do plano está evidenciado no quadro VII – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e apresenta, em 31 de dezembro, os seguintes valores:

Descrição	2021	2020
Provisões matemáticas	62.497	57.235
Benefícios Concedidos	1.615	462
Contribuição definida	1.615	462
Saldo de contas – Assistidos	1.615	462
Benefícios a conceder	60.882	56.773
Contribuição definida	60.882	56.773
Saldo de contas - parcela instituidores	49	45
Saldo de contas - parcela participantes	60.833	56.728
<b>Total Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>62.497</b>	<b>57.235</b>

Conforme determina o artigo nº 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento dos planos de benefícios definidos é o de capitalização. Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

● **Benefícios concedidos**

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

● **Benefícios a conceder**

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas pela atuária independente Tatiana Cardoso Guimarães da Silva, MIBA nº 1042, contratada pela Entidade. Os valores registrados nestas rubricas constam da Demonstração Atuarial (DA) e parecer elaborado pela atuária e encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

**Premissas atuarias**

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

	2021	2020
<b>A. Econômicas</b>		
Taxa real de juros	3,72% a.a.	4,09% a.a.
<b>B. Biométricas</b>		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000-F Suav 10%	AT-2000-F Suav 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000-F Suav 10%	AT-2000-F Suav 10%

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuarias não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A situação atuarial do Plano de benefícios SBOTPREV, administrado pelo SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuarias anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2021 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

**4.1.5.2. Fundo Previdencial**

O Fundo Previdencial Diferenças de Cotas representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com cota do mês anterior. No encerramento do exercício de 2021, o Fundo Previdencial de Fundo de Diferenças de Cotas obteve o valor de R\$ 3 mil (R\$1 mil em 2020).

#### 4.1.5.3. Fundo Administrativo

Registra o Fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

	2021	Constituição	2020
<b>Fundos Administrativos</b>	1.993	212	1.781
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>	1.993	212	1.781
<b>Fundos</b>	1.993	212	1.781

	2020	Constituição	2021
<b>Fundos Administrativos</b>	1.781	414	1.367
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>	1.781	414	1.367
<b>Fundos</b>	1.781	414	1.367

#### 4.1.6. Apresentação dos efeitos da consolidação

De acordo com o item 28 do anexo "A" da Instrução SPC nº 34 de 27/09/2009 e suas alterações, os ajustes necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Código	Conta	2021	2020
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	1.993	1.781
	Plano de Benefícios SBOTPREV	1.993	1.781
2.3.2.2.01.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.993	1.781
	Plano de Benefícios SBOTPREV	1.993	1.781

#### 4.1.7. Reclassificação das Demonstrações Contábeis 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábeis e demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa serão ajustadas, para fins comparativos com o exercício social de 2021, como segue:

##### a) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

Adições: abertura dos valores em: Contribuições Previdenciais no valor de R\$ 9.859 mil e portabilidade no valor de R\$ 467 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores em : Benefícios no valor de R\$ 86 mil, Resgates no valor de R\$ 3.949 mil, Portabilidade no valor de R\$ 628 mil, Repasse risco terceirizado no valor de R\$ 3.409. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

O SBOTPREV apresenta mensalmente balancetes, do Plano de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

<b>ANO 2020 - INST. SPC 34/2009</b>	
<b>1. Adições</b>	<b>13.433</b>
Contribuições Previdenciais	10.326
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.093
Receitas Administrativas	951
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	63
<b>2. Destinações</b>	<b>(8.672)</b>
Benefícios	(8.072)
Despesas Administrativas	(600)
<b>ANO 2020 INST. PREVIC 31</b>	
<b>1. Adições</b>	<b>13.433</b>
Contribuições Previdenciais	9.859
Portabilidade	467
Indenização de riscos terceirizados	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.093
Receitas Administrativas	951
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	63
<b>2. Destinações</b>	<b>(8.072)</b>
Benefícios	(86)
Resgates	(3.949)
Portabilidade	(628)
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(3.409)

**b) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado**

Até o exercício social de 2020, os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre Administração Previdencial, Administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem no saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

ANO 2020 – INST. SPC 34/2009	
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(600)</b>
<b>2.1. Gestão Previdencial</b>	<b>(600)</b>
Despesas Comuns	<b>(600)</b>
Treinamentos/congressos e seminários	<b>(17)</b>
Viagens e estadias	<b>(6)</b>
Serviços de terceiros	<b>(390)</b>
Despesas gerais	<b>(132)</b>
Depreciações e amortizações	<b>(3)</b>
Tributos	<b>(52)</b>
ANO 2020 INST. PREVIC 31	
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(600)</b>
<b>2.1. Administração Planos Previdenciais</b>	<b>(600)</b>
Treinamentos/congressos e seminários	(17)
Viagens e estadias	(6)
Serviços de terceiros	(390)
Despesas gerais	(132)
Depreciações e amortizações	(3)
Tributos	(52)

## 5. Resultado das operações

### 5.1. Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

#### Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2021

A taxa de juros de 3,72% ao ano foi calculada para utilização na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2020, conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e na Portaria PREVIC nº 337, de 29 de abril de 2020.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a adoção da taxa de juros real anual não resulta em impacto na formação das Provisões Matemáticas, constituídas exclusivamente dos saldos de contas dos participantes. Entretanto, essa premissa é utilizada em cálculos de benefícios, devendo a Entidade adotar taxa de juros real anual no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano, acima da taxa de juros parâmetro, considerando-se a duração do passivo de dez anos.

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro, observando a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria PREVIC nº 337/2020, é de 5,32% ao ano, sendo o limite inferior de 3,72% ao ano e o limite superior de 5,72% ao ano.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2021 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2021, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 3,72% ao ano (INPC+3,72%), estando este em acordo com a citação no item 4 do Parecer Atuarial 16/2020 sobre as Premissas Atuarias.

## 5.2. Plano de Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da SBOTPREV teve como fontes de recursos, valores correspondentes à taxa de carregamento incidente sobre as contribuições em atraso dos participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do Fundo Administrativo.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o custeio administrativo na administração previdencial, conforme IN Previc nº 31, de 20/08/2020.

## 5.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

### Rentabilidade

#### Plano Previdencial

A Rentabilidade dos investimentos apurada pela cotização média no período. A rentabilidade líquida acumulada no exercício é obtida pela aplicação do Patrimônio de cobertura do Plano deduzida da taxa de administração.

Descrição	2021	2020
Resultado dos Investimentos	5,35%	4,38%
Rentabilidade Líquida	5,07%	3,91%

## 6. Governança, gestão e controles internos

Em 1º de outubro de 2004, foi aprovada a Resolução CGPC nº 13, que estabeleceu às entidades fechadas previdência complementar adotarem princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade, e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

A Entidade obedece à legislação em vigor e, durante os exercícios de 2021 e 2020, implementou procedimentos de acordo com os padrões requeridos, aprimorando a gestão relativa aos seus controles internos.

## 7. Outros assuntos


### a) Efeitos da COVID-19 (Coronavírus)

A Entidade continuará acompanhando e monitorando as informações sobre a pandemia mundial do coronavírus (COVID-19), avaliando os impactos econômicos e financeiros nas suas demonstrações contábeis, no próximo exercício.

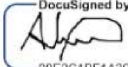
### b) Novas normas vigentes e não aplicáveis

A Resolução CNPC nº 46, de 1 de outubro de 2021, na qual estabelece que as EFPC devem inscrever, cada plano de benefícios que administra, bem como o Plano de Gestão Administrativa – PGA, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme regulamentação da Receita Federal do Brasil. Atualmente, os planos de benefícios são inscritos em CNPJ para controle da PREVIC, portanto, com esta determinação esses mesmos planos passarão a possuir CNPJ para controle da Receita.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:  
  
D14D0ADE968547D

**Ricardo Esperidião**  
Diretor Presidente  
CPF 095.006.341-04

DocuSigned by:  
  
0BE2C1BF1A394DF...

**Adalberto Visco**  
Diretor Financeiro  
CPF 145.624.805-72

DocuSigned by:  
  
460A6D0B1BDC43B...

**Marta Almeida da Silva**  
Contadora CRC-RJ 075.023/O-5  
CPF 722.624.607-44



# 4. Informações referentes à política de investimentos

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos do Plano de Benefício (“Planos”) e dos Planos de Gestão Administrativa (“PGA”) da SBOTPREV - FUNDO DE PREVIDENCIA (“SBOTPREV”) poderão ser investidos no ano de 2022. Esta Política de Investimentos foi preparada com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, e as restrições específicas avaliadas.

## 4.1. PREMISSAS BÁSICAS

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências do SBOTPREV e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

Na implementação desta política, a SBOTPREV aplica seus recursos em um fundo exclusivo de renda fixa, com ativos lastreados em taxas de juros e índice de preços, composto por títulos públicos e privados. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um “Preço Indicativo de Mercado”.

A Carteira de investimentos utilizada pelo SBOTPREV para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela MAG Investimentos e a custódia de seus ativos no BNY Mellon Banco S.A, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## 4.2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A SBOTPREV, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

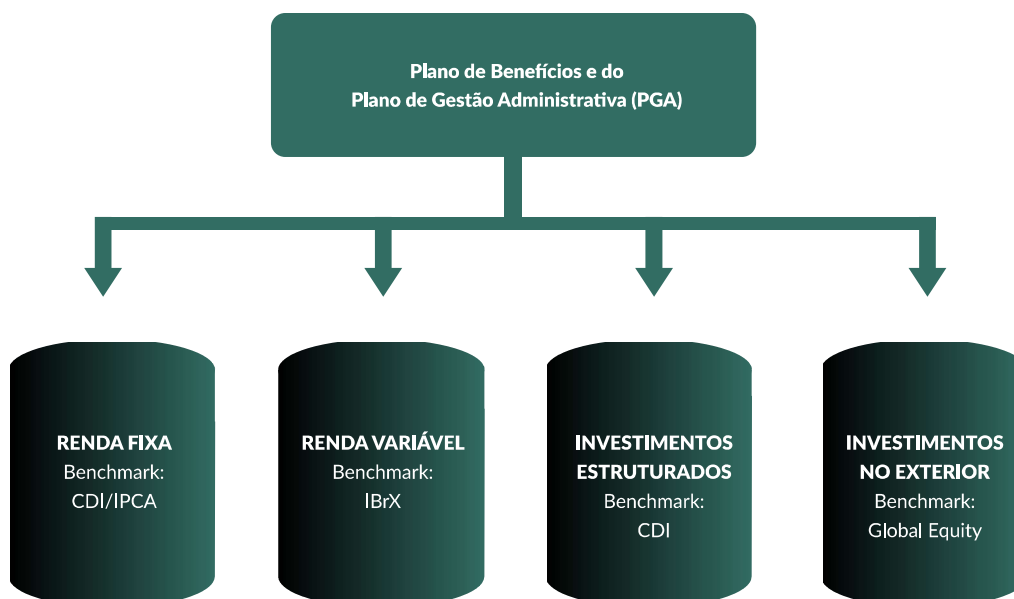
A SBOTPREV aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

#### 4.3. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), a SBOTPREV prioriza uma gestão de recursos com foco na maximização de rentabilidade, com um nível de risco confortável para a entidade.

A alocação estratégica dos recursos será dividida em três classes de ativos: Renda Fixa (CDI e IPCA), Renda Variável (IBrX), Investimentos Estruturados (CDI) e Investimentos no Exterior (Global Equity), podendo realizar operações com derivativos.

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e tolerância a risco a SBOTPREV acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

## 5. Análise de cenários macroeconômicos

A SBOTPREV considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira do plano de benefícios e do PGA, sempre levando em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente política de investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da SBOTPREV.

A seguir, disponibilizamos um quadro com as projeções macroeconômicas utilizadas na construção do portfólio de investimentos:

Ano	IBrX	CDI	IPCA	IGP-M
2022	16,69%	11,14%	4,96%	5,35%
2023	13,06%	7,67%	3,42%	4,00%
2024	12,28%	6,93%	3,10%	4,00%
2025	12,28%	6,93%	3,00%	4,00%
2026	12,28%	6,93%	3,00%	4,00%

Fontes: Banco Central e MAG Investimentos Focus: 19/11/2021

#### 4.4. QUADROS RESUMO

##### 4.4.1 ALOCAÇÃO

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
<b>RENDA FIXA</b>	15%	85%			
Juros	0%	85%	48,00%	11,14%	CDI
<i>Titulos Publicos Federais</i>	0%	85%			
<i>Titulos de Companhias Abertas</i>	0%	49%			
<i>Titulos de Instituições Financeiras</i>	0%	49%			
<i>Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa</i>	0%	85%			
Inflação	15%	50%	30,00%	11,50%	IPCA
<i>Titulos Publicos Federais</i>	15%	50%			
<i>Titulos de Companhias Abertas</i>	0%	49%			
<i>Titulos de Instituições Financeiras</i>	0%	49%			
<i>Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa</i>	0%	50%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	0%	15%	10,00%	16,69%	IBrX
<i>Cotas de Fundos de Investimento em Ações</i>	0%	15%			
<i>Cotas de Fundos de índice (ETF)</i>	0%	15%			
<i>Operações de futuro (como síntese de posição à vista)</i>	0%	15%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	0%	10%	8,00%	16,71%	CDI
<i>Cotas de Fundos de Investimento Multimercado</i>	0%	10%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	0%	10%	4,00%	10,00%	Global Equity
<i>Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior</i>	0%	8%			
<b>IMÓVEIS</b>	0%	0%	-	-	-
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	0%	0%	-	-	-
				12,20%	
				3,26% + INPC	

##### 4.4.2 RENTABILIDADE HISTÓRICA

Rentabilidade auferida nos cinco exercícios anteriores						
	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulada
Plano de benefício	12,46%	9,82%	6,19%	5,24%	3,91%	43,42%
Renda fixa	13,78%	11,14%	7,40%	6,37%	4,43%	50,86%

## 5. Gestão de participantes

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2021 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

Descrição	Valores
*Participantes Ativos	1753
*Participantes Aposentados	4
*Beneficiários de Pensão	5
*Instituidores	1
**Contribuições Recebidas	R\$10.029.557,91
**Portabilidades Recebidas	R\$157.874,77
**Pecúlios recebidos	R\$938.554,26
**Pagamentos de Resgates	R\$3.874.703,54
**Pagamentos de Benefícios	R\$123.591,15
**Pagamentos de Portabilidades	R\$1.144.635,97

\* Posição em 31/12/2021

\*\* Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

Índices	
Taxa de Administração	0,60% a.a. equivalente ao rateio das despesas administrativas mensais suportadas pelo resultado dos investimentos.
Taxa de Carregamento	0% ao mês incidente sobre as contribuições e/ou aportes, bem como sobre os benefícios.
Despesas Administrativas sobre o Total de Participantes	Em 2021 foi de R\$ 439,24
Despesas Administrativas sobre o Ativo Total	Em 2021 foi de 1,197%
Despesa adm. sobre os recursos garantidores dos planos de ben. de caráter previdenciário administrados	Em 2021 foi de 1,24%
Despesas Administrativas sobre as Receitas Administrativas	Em 2021 foi de 87,29%
Evolução do Fundo Administrativo	Em 2021 o Fundo Administrativo cresceu 9,99% fechando em R\$ 1993343,2
Despesa de Pessoal	Em 2021 foi de R\$ 0

## 6. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Desenvolvemos os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV ("Entidade") em 31 de dezembro de 2021, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cuja opinião do relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis em 28 de março de 2022, foi emitido sem ressalvas.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro.

Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51). Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião ou conclusão sobre a eficácia destes controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A Administração da Entidade é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis, não necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos da Entidade. Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 28 de março de 2022, não efetuamos nenhum outro tipo de procedimento de auditoria posteriormente à referida data. Os procedimentos de auditoria não foram conduzidos com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Entidade e por isso não emitimos tal opinião. Além disso, não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.

Como resultado dessa auditoria, não identificamos situações que resultem em comentários ou recomendações sobre controles internos, procedimentos contábeis e segurança patrimonial, durante a realização dos procedimentos de auditoria por nós selecionados, que, no nosso entendimento, merecem ser revistos ou aprimorados, tendo em vista a busca constante de melhoria nos padrões de controles e de qualidade na apresentação das demonstrações contábeis.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da Administração e para atendimento aos requisitos das normas existentes emitidas e não foi preparado para ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da Entidade.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Atenciosamente,

DocuSigned by:  
*Luiz Carlos Soares da Silva*

5500E4A43B5144C

**Luiz Carlos Soares da Silva**

Sócio Diretor

**Conatus Auditores Independentes S.S.**

# 7. Parecer atuarial

## 7.1 OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios SBOTPREV, administrando pelo Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O Plano SBOTPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, portanto, não possui riscos atuariais. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

## 7.2 BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2021 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2021. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

## 7.3 ESTATÍSTICAS

**Tabela 1 – Participantes ativos**

Item	2020	2021
Número de participantes ativos*	1.740	1.753
Idade média (anos)	43,03	43,56
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	5,80	5,99
Contribuição média	R\$ 539,90	R\$ 456,29
Saldo individual médio	R\$ 32.553,23	R\$ 34.834,97

(\*) Quantidade contemplam 46 casos de inscrições canceladas a pedido, 349 casos com inscrições inativas, 1 participante em BPD e 2 licenciados com manutenção do risco. Todas as situações continuam com saldos de conta na base de dados do plano de benefícios.

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, teve um acréscimo no número de participantes em 2021 na ordem de 0,75% quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2020. Os participantes ativos tiveram variação negativa da contribuição média na ordem de 15,49% e uma variação positiva no saldo individual médio 6,63%.

**Tabela 2 – Participantes Assistidos**

Item	2020	2021
Número de participantes assistidos	2	4
Idade média (anos)	68	69
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	11	11
Benefício médio	R\$ 1.144,84	R\$ 1.506,79
Saldo individual médio	R\$ 96.585,28	R\$ 179.921,78

Considerando a tábua AT-2000 F Suavizada em 10% verifica-se que a expectativa de vida aos 69 anos é de 19 anos, portanto, esperamos que a média dos participantes sobrevivam até a idade de 88 anos. De acordo com o exposto acima, durante o exercício de 2021 houve 2 concessões de benefícios de aposentadoria com prestação continuada de benefícios.



**Tabela 3 – Pensionistas**

Item	2020	2021
Número de pensionistas	2	5
Idade média (anos)	65	38
Benefício médio	R\$ 1.759,72	R\$ 1.935,49
Saldo individual médio	R\$ 134.333,64	R\$ 179.111,34

Conforme exposto na tabela 3, houve 1 nova concessão de pensão, com 3 beneficiários no Plano SBOTPrev durante o exercício de 2021. Considerando a tábua AT 2000 F Suavizada em 10% verifica-se uma expectativa de vida média de 49 anos para os pensionistas do Plano SBOTPREV.

#### **7.4 HIPÓTESES ATUARIAIS**

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2021:

**a) Taxa Real de Juros: 3,26% a.a.;**

**b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%; e**

**c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.**

Apresentamos, através do Parecer Atuarial de Premissas 17/2021, o posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano SBOTPREV. Conforme consta no documento supracitado, todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem a obrigatoriedade de reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida para o plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,26% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2022. Como no Plano SBOTPREV a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 3,72% a.a. para 3,26% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por expectativa de vida e prazo determinado as únicas formas de recebimento que utilizam a taxa de juros em sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2021, projetamos os saldos até 06/2022 e recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros, os resultados observados foram uma redução média de 2,14% nos assistidos e 1,74% nos pensionistas, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

#### **7.5 REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO**

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano SBOTPREV, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2021, sendo essas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

Por fim, registramos que, não há garantia mínima de rentabilidade no plano de benefícios.

## 7.6 PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SBOTPREV em 31/12/2020 e 31/12/2021, para fins de comparação com a data-base da presente Avaliação Atuarial:

Conta	Descrição	2020	2021
2.3	Patrimônio Social	59.017.186,07	64.493.756,44
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	57.234.773,23	62.497.354,16
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	57.234.773,23	62.497.354,16
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	461.837,85	1.615.243,80
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	461.837,85	1.615.243,80
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	461.837,85	1.615.243,80
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	56.772.935,38	60.882.110,33
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	56.772.935,38	60.882.110,33
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	45.347,98	48.787,63
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	56.727.587,40	60.833.322,70
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	0,00	0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial Revisão de Plano	0,00	0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.2	Fundos	1.782.412,84	1.996.402,28
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	1.410,38	3.059,08
2.3.2.2	Fundos Administrativos	1.781.002,46	1.993.343,20
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	0,00	0,00

Em Reais (R\$)

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 97,42% em função dos recursos vertidos ao plano pelos participantes, juntamente com consumo do saldo por parte dos assistidos e as novas concessões de benefícios.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2021 aumentou em 9,19%, com relação ao encerramento do exercício 2020. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2020 pelo INPC acumulado no ano de 2021 teríamos um valor 0,88% maior do que o observado em 2021. Se atualizarmos o patrimônio de cobertura do encerramento do ano de 2020 pelo índice de referência do plano (INPC + 3,72% a.a.) teríamos um resultado superior em 4,64% com relação ao apresentado no encerramento deste exercício.

Analisando o exercício de 2021, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 5,07%, enquanto o índice de referência montou em 14,26%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pela entidade foi inferior em 8,04% (p.p), em relação ao respectivo índice. A inflação acumulada no mesmo período foi de 10,16%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de -4,62%.



O crescimento do patrimônio de cobertura alcançado justifica-se, ainda que a rentabilidade do Plano SBOTPREV não tenha atingido o índice de referência, ao fato das receitas previdencias do plano terem avultado o valor de R\$ 6.491.970,45, que representam um total de R\$ 1.349.039,76 a mais do que as despesas previdenciais contabilizadas no exercício de 2021.

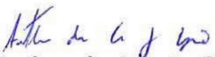
#### **7.7 CONCLUSÃO**

O Plano SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou em 31/12/2021 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Por fim, atestamos que as informações neste parecer foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2022.

  
Arthur de Araujo Godinho Luzia  
Atuário MIBA – 2.353  
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

## 8. Parecer do conselho fiscal - Exercícios dos anos de 2021 e 2020

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 41 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2022, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2021, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia -SBOTPrev.

São Paulo, 28 de março de 2022.



Paulo Lobo Junior  
Conselheiro Presidente  
CPF 186.963.331-87



José Humberto de Souza Borges  
Conselheiro Vice Presidente  
CPF 925.786.911-34

## 9. Manifestação do conselho deliberativo

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, referentes aos exercícios de 2021 e 2020:

Em reunião de 28 de março de 2022, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no uso das competências de que trata Art. 31 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, da Avaliação Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da SBOTPrev e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2021.

São Paulo, 28 de março de 2022.

  
Reynaldo Jesus Garcia Filho  
Conselheiro Presidente  
CPF 754.594.188-87

  
Romeu Krause Gonçalves  
Conselheiro Vice Presidente  
CPF 051.048.664-91

# 10. Glossário

**Balanço Patrimonial:** o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), em que o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos; e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

**Conselho Deliberativo:** órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

**Conselho Fiscal:** órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

**Demonstrações Contábeis:** conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS):** a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

**Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL):** a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

**Demonstração do Ativo Líquido (DAL):** a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA):** a DPGA é o demonstrativo que apresenta, de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos que impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT):** a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

**Demonstrativo de Investimentos:** o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, aos custos de gestão dos investimentos e às modalidades de aplicação.

**Diretoria Executiva:** órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

**Estatuto Social:** documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

**Fundo de Investimento:** são condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:** as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Política de Investimentos:** a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

**Parecer do Auditor Independente:** o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Parecer Atuarial:** o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

**Parecer do Conselho Fiscal:** o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

**Manifestação do Conselho Deliberativo:** a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

**Relatório Anual:** Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.

# 11. Mensagem aos participantes

No ano de 2021, sobre o impacto da Pandemia com muita instabilidade externa e interna, conseguimos manter nossos ativos atualizados e com bom rendimento.

Para 2022, ainda com um cenário de dificuldades, estamos atentos e com uma Política de Investimentos apta a fazer os ajustes necessários na busca de uma rentabilidade que mantenha nossas premissas atuárias.

O SBOTPREV se consolida cada vez mais como uma entidade de Previdência Privada capaz de proporcionar um futuro mais seguro ao ortopedista brasileiro.

Este Relatório Anual encontra-se em conformidade com as resoluções CNPC n. 32/2019 e Instrução PREVIC n.13/2014, que estabelecem a divulgação aos participantes, resumindo as informações mais relevantes sobre os resultados da gestão do seu plano em 2021.

Esperamos que este relatório possa esclarecer as dúvidas e transmitir, aos colegas ortopedistas participantes, a certeza de um futuro tranquilo.

Forte abraço,

**DIRETORIA EXECUTIVA**



0800-887-0948



participantesbotprev@gestaoprevidenciaria.mag.com.br



[www.sbotprev.org.br](http://www.sbotprev.org.br)



Alameda Lorena, 427, 14° andar - Jardim Paulista  
São Paulo - SP CEP 01424-000



**SBOT**

SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

**SBOTPREV**

FUNDO DE PREVIDENCIA